

*Ata da 60ª Sessão Especial da Assembleia Legislativa
do Estado da Bahia,
em 19 de outubro de 2015.*

Presidência da Senhora Deputada Fabíola Mansur, ad hoc. À hora marcada, a Sra. Presidente, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão com a finalidade de **comemorar o Outubro Rosa 2015, com o ciclo de debates sobre o câncer de mama**, proposta pelos Deputados Fabíola Mansur e Alex da Piatã e pela Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama (Femama). A Mesa dos trabalhos foi composta pelos Srs: Deputado Alex da Piatã; Roberto Queiroz Gurgel, Cirurgião Oncologista; Romilza Medrado, Diretora-Presidente do Núcleo Assistencial para Pessoas com Câncer; Tiago Turbay, Assessor de Relações Governamentais da Femama; Capitã Denice Santiago, representante do Coronel Anselmo Brandão, Comandante-Geral da Polícia Militar; Darcy Queiroz, Diretora de Assistência aos Municípios, representante do Conselheiro Francisco Neto, Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios; Vanessa Dybal, Oncologista da Clínica Amo; Átila Dias, Defensor Público Federal; Rosemberg Pinto, Deputado Estadual; Nardan, Capitão de Mar e Guerra, representante do Vice-Almirante Viveiros, Comandante do 2º Distrito Naval; Alcina Romero, Diretora da Atenção Especializada, representante do Sr. Fábio Vilas-Boas, Secretário de Saúde da Bahia; Suzaldete dos Santos, paciente de câncer de mama; Marco Antônio, Presidente do Conselho Municipal de Saúde; Deputada Neusa Cadore. A Sra. Presidente explicou que o debate sobre o “Câncer de mama no Brasil: Por que não curamos mais?” objetiva uma discussão técnica sobre a doença e os desafios por legislações eficazes para o combate à mortalidade. Após a execução do Hino Nacional pelo Coral Vozes, da Secretaria de Saúde do Estado, regido pelo Maestro Neemias Couto, a Deputada Fabíola Mansur, lamentando a angústia vivida pelas mulheres diagnosticadas com câncer e obrigadas a esperar um longo período para acessar ao tratamento, afirmou que medidas devem ser adotadas para que estes problemas sejam sanados, como a construção de mais hospitais e priorizar o encaminhamento a partir do estágio do câncer. Por fim, informou que emendas ao Plano Plurianual de Orçamento (PPA) para o tratamento do câncer de mama são medidas eficientes e desejáveis. O Deputado Alex da Piatã falou sobre a importância do Outubro Rosa, ressaltando a necessidade de colocar em prática as discussões derivadas desta iniciativa. Esclareceu as nuances sobre as três fases de maior importância no combate ao câncer: prevenção, diagnóstico e tratamento. Convidou o Núcleo Assistencial para Pessoas com Câncer (Naspec) e a Femama para criarem um projeto concreto de trabalho e oferecê-lo aos Secretários de Saúde do interior do Estado. Teceu comentários sobre o projeto de própria autoria, Fila Zero, que estabelece prioridade de tratamento para os diagnosticados com câncer, com

72 horas de prazo máximo para início do tratamento. A Sra. Suzaldete dos Santos, falando do câncer de mama, disse que considera absurdos os trâmites para o acesso ao tratamento pelo SUS. Lamentou o longo tempo de espera para realização de exames de controle. Por fim, agradeceu à Defensoria Pública Federal, único local que a acolheu no tratamento do câncer. A Sra. Vanessa Dybal, falando da realidade do câncer no SUS e na iniciativa privada, apresentou eslaides que demonstram a crescente incidência da doença no Brasil e no mundo e as diferenças nos tratamentos. Lamentou o aumento da mortalidade no Brasil, enquanto no mundo vem diminuindo expressivamente os casos de morte por câncer. Por fim, disse que é preciso investir em pesquisas clínicas e um menor tempo regulatório para que as despesas do governo com o tratamento diminuam. O Sr. Roberto Queiroz Gurgel apresentou eslaides sobre a aplicação de tecnologia em saúde, que consiste em qualquer aplicação de medicamento, equipamentos, metodologia, protocolos assistenciais e sistemas organizacionais usados para prestar atenção e cuidados com a saúde da população. Informou que a Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec) é o órgão responsável por gerir a aplicação da tecnologia no âmbito da saúde pública. Teceu comentários sobre o processo de implantação de tecnologia no SUS, esmiuçando as características dos entes relacionados. Por fim, lamentou que as decisões do Conitec sejam tomadas com base no viés muito mais econômico do que científico. A Sra. Alcina Romero comentou os dados estatísticos de casos de câncer de mama com mortes. Considerou que na Bahia os métodos de rastreio e diagnóstico de câncer estão bastante avançados, inclusive com uma ampla rede de mamógrafos. Informou que o Estado tem a meta de implantar mais quatro Unidades de Alta Complexidade (Unacon) e implantar serviços de diagnósticos de mama nas policlínicas municipais. Encerrou dizendo que as ações judiciais para garantir o acesso à saúde não são democráticas e que é preciso garantir a informação à população. O Sr. Tiago Turbay alertou que, desde 1999, o câncer é considerado prioritário para o atendimento pelo SUS, referendado pela Lei 9.784, mas que o Estado vem descumprindo este princípio normativo. Lamentou que os Estados não implementem políticas de fornecimento de remédios de alto custo para o tratamento de câncer, como foi feito em São Paulo, tempo em que criticou as políticas adotadas para o tratamento, com atrasos e distorções, sem incluir os casos avançados da doença. Disse que a sociedade civil nunca foi concitada a participar das políticas do tratamento de câncer no Brasil e que os Estados têm a prerrogativa de incluir medicações excepcionais, todavia, não aplicam o quociente de compras governamentais, o que baratearia os custos dos medicamentos em 40%. Enumerou várias falhas da rede de assistência oncológica na Bahia e encerrou dizendo que o Brasil não estabelece política de gastos para o tratamento de doenças oncológicas. O Sr. Átila Dias considerou democráticas e benéficas as demandas judiciais para o acesso à saúde na Bahia e lamentou que só as capitais possuam Defensorias Públicas Federais. Defendeu o pleno acesso aos meios jurídicos garantidores de direitos. Esclareceu que a vantagem do Estado em comprar medicamentos em larga escala, em vez de mediante ação judicial, a exemplo

de São Paulo, é a economicidade. Defendeu a interiorização do atendimento à saúde para identificar doenças como o câncer ainda no estágio inicial. Explicou o funcionamento do processo judicial com a finalidade de garantir os tratamentos disponíveis. Por fim, solicitou que fosse feito um encaminhamento ao Ministério da Saúde, à AGU, visando a participação da União na Câmara de Conciliação de Saúde da Bahia. A Sra. Alcina Romero esclareceu que o objetivo da Secretaria de Estado é trabalhar para a redução do tempo da resposta ao diagnóstico do câncer de mama, defendendo um sistema de saúde que não dependa de judicialização. O Deputado Rosemberg Pinto comentou os objetivos da campanha Outubro Rosa, com ênfase na prevenção do câncer de mama. Alertou de que a Bahia discute apenas prioridades, face à condição financeira deficitária. Solicitou a criação de um grupo de debates, ligado à Comissão de Saúde deste Poder, para tratar do financiamento público de saúde e da judicialização de alguns processos. A Deputada Neusa Cadore criticou os problemas de acesso à saúde, sobretudo para as mulheres. Parabenizou os integrantes da Comissão de Direito da Mulher e todos os palestrantes desta Sessão. O Sr. Marco Antônio considerou o SUS um patrimônio do povo brasileiro. Defendeu a implantação de um sistema de saúde abrangente e preventivo. Encerrou dizendo que os homens também têm câncer de mama. A Sra. Romilza Medrado fez um apelo para que se priorize a vida, com ações efetivas para o fomento a saúde. Fez um relato das ações do Naspec, que atua sem recursos públicos, em prol da vida. Lamentou a morte de pessoas vitimadas pela falta de tratamento oncológico digno e patrocinada pelo Estado. O Capitão Nardan lamentou a ausência de informações de medidas preventivas de câncer nos meios de comunicação de massa. Ainda usaram da palavra para fazer encaminhamentos as Sras. Luciana Cruz e Cristina. A Sra. Presidente fez a síntese dos encaminhamentos: a criação de um Grupo de Trabalho, “aqui funcionando com membros do Legislativo, Naspec, controle social, Executivo e Defensoria para analisar o PPA e o Orçamento”; realizar reunião com os Secretários Municipais; adicionar à Câmara de Conciliação um membro da Defensoria da União; realizar campanhas estaduais sobre a importância do autoexame; discutir a política de interiorização e de fazer do Cican o centro de referência estadual; que as unidades de rastreamento móvel sejam adaptadas para dar acesso à mulher com deficiência. Na sequência, em nome do Poder Legislativo da Bahia, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Sessão.

PRESIDENTE -

1º SECRETÁRIO -

2º SECRETÁRIO -